

A História da Integração Europeia

Do Pós-Guerra a Maastricht – Tratados e Instituições

Felippe Baldissera¹

Resumo

Este artigo aborda a integração dos países europeus desde os primeiros eventos, quando do encerramento da Segunda Guerra Mundial, até a subscrição do Tratado de Maastricht, que criou a União Europeia. Para tal, selecionaram-se publicações, tanto eletrônicas quanto impressas, no sentido de reunir as informações em um texto coerente cujo objetivo é introduzir o leitor ao tema, permitindo que aprofunde o estudo.

As lições que a história da União Europeia oferece devem ser transmitidas ao resto do mundo no sentido de impulsionar as relações entre os países. A criação de blocos econômicos e a uniformização das relações jurídicas não apenas traz benefícios ao comércio e à economia de um modo geral, mas também contribui para o intercâmbio de informações entre os povos, desconstruindo barreiras e preconceitos.

Palavra-chave: Ato Único Europeu, Comunidade Econômica Europeia, Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, Comunidade Europeia para a Energia Atômica, história da União Europeia, integração europeia, Movimento Europeu, Organização para a Cooperação Econômica Europeia, Pacto de Bruxelas, Plano Marshall, Tratado de Fusão, Tratado de Maastricht, Tratados de Roma, União Europeia.

Summary

This publication deals with the integration of the European countries since its first events, after the end of the Second World War, until the signing of the Maastricht Treaty, which created the European Union. To fulfill this objective, electronic and printed publications were selected, so that the information could be collected in a coherent text, the objectives

¹ Formando em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Email: <felippebaldissera@gmail.com>.

of which are to introduce the reader to the subject and to guide him through further reading.

The lessons which can be learned through the studying of the history of the European Union must be forwarded to the rest of the world so that stronger relationships between countries can be forged and developed. The creation of economic blocs and the unification of legal relations not only bring benefits to commerce and to the economy of countries, but also make a contribution to the exchange of information between the peoples, deconstructing boundaries and prejudices.

Key-words: Brussels Treaty, European Atomic Energy Community, European Coal and Steel Community, European Economic Community, European integration, European Movement, European Union, history of the European Union, Maastricht Treaty, Marshall Plan, Merger Treaty, Organization for European Economic Cooperation, Rome Treaties, Single European Act.

Introdução

O objetivo desta publicação consiste na análise dos fatos que compõem a história da União Europeia desde suas primeiras experiências, após a Segunda Guerra Mundial, até a atualidade. Além disto, pretende-se contribuir para o aprofundamento do estudo tanto do direito comunitário europeu, da dinâmica de seus institutos e de seus organismos, quanto da construção de bases novas para o direito internacional.

O Pacto de Bruxelas

O Pacto de Bruxelas, ou a Organização do Tratado de Bruxelas, foi subscrito pela França, pelo Reino Unido e pelos países que compõem o Benelux (Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos) em Bruxelas, na Bélgica, em 17 de março de 1948.

O texto do instrumento informa que o objetivo do acordo era a proteção mútua dos países-membros, observados os acontecimentos dos cinquenta anos que antecederam sua subscrição principalmente no que se relaciona à Primeira e à Segunda Guerra Mundiais.

Apesar disto, a Alemanha já não era uma ameaça à França, visto que seu potencial bélico fora bastante reduzido após a Segunda Guerra Mundial, e o que se buscava era, primeiramente, evitar a expansão da União Soviética sobre a Europa ocidental.

Os Estados Unidos aproveitaram-se da vulnerabilidade da qual sofria a Europa ocidental para ampliar sua influência sobre o continente, transformando-se no campeão zeloso da integração europeia, tendo o Plano Marshall como o instrumento principal na busca deste objetivo.

A bipolarização das relações políticas e o início da Guerra Fria constituíram, então, o incentivo do qual os Estados Unidos precisavam para começar a participar das questões que envolviam a Europa ocidental e para aprovar o Plano Marshall.

O Plano Marshall

Em 12 de março de 1947, o presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, anunciou a Doutrina Truman, segundo a qual se deveriam proteger os povos que tivessem a soberania ameaçada por minorias armadas ou que sofressem ameaças através de “forças externas”. Isto não foi mais do que o ápice de uma compreensão que se formava desde o fim da Segunda Guerra Mundial – a União Soviética estava avançando sobre os países da Europa oriental, e, na sequência, países como a França e como a Itália poderiam tornar-se comunistas.²

Os Estados Unidos manifestaram-se no sentido de apoiar a reconstrução da Europa ocidental através de um programa que integraria auxílios e que deveria contribuir para o afastamento das barreiras nacionais. Esta decisão, que se desenvolveu durante a administração do presidente Truman no início de 1947, tinha dois objetivos. De um lado, a sobrecarga na economia dos países da Europa ocidental revelou-se maior do que as expectativas. Verificava-se uma falta de alimentos e de bens diversos para o suprimento das necessidades da população. Se a intenção fosse a manutenção dos parceiros comerciais longe de uma crise crônica, um auxílio maior da parte dos Estados Unidos, além dos onze bilhões de dólares que já concederam, seriam necessários. De outro lado, os Estados Unidos

² DINAN, Desmond. *Ever closer union. An introduction to European integration*. 4ª edição. Lyenne Rienner Publishers, Inc., 2010. Página 13.

entendiam que esta crise seria aproveitada pela União Soviética para aumentar as inconstâncias sociais na Europa ocidental e para preparar um golpe comunista. A reconstrução do Velho Mundo tornou-se, assim, o objetivo principal da política de contenções dos Estados Unidos.³

Pressionado pela impressão de que a União Soviética se aproveitaria de um empobrecimento maior da Alemanha, o Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos, George C. Mashall, aprovou, em Moscou durante a Conferência dos Ministros das Relações Exteriores, o aumento da produção de aço da Bi-Zona e a criação de uma organização para sua administração. Um grupo de especialistas propagava desde o fim da Segunda Guerra Mundial que a divisão da Alemanha era a causa da fraqueza dos países da Europa ocidental e propunham a criação de órgãos supranacionais, que garantiriam a segurança da França e da União Soviética naquilo que se relacionava à Alemanha. John F. Dulles apontou, durante um discurso que proferiu em Nova York em 1947, que a federação seria o meio através do qual se poderia conciliar a reconstrução da Alemanha e a segurança da França. Além disto, ele premia pela internacionalização das indústrias da região do rio Ruhr, algo que já fora o objeto de uma demanda da França – uma autoridade que distribuiria os recursos naturais do oeste da Alemanha deveria constituir o eixo da federação dos países da Europa ocidental.⁴

O Plano Marshall, ou, em termos oficiais, o Plano para a Recuperação da Europa, foi apresentado pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos, George C. Marshall, em 5 de junho de 1947 durante um discurso na Universidade de Harvard.

O discurso quase não continha detalhes e números. Mais uma proposta do que um plano, ele foi apresentado de um modo vago e produziu poucos efeitos nos Estados Unidos. O elemento mais importante do discurso foi o convite feito aos europeus para reunirem-se e criarem um plano para a reconstrução da Europa, que seria financiada pelos Estados Unidos. Sabia-se que o plano não seria popular entre os estadunidenses, o que justificou seu direcionamento a um público composto, em sua maioria, por europeus. Em uma tentativa de manter o discurso fora dos jornais do país, não se convidaram jornalistas para a ocasião,

³ LOTH, Wilfried. *Der Weg nach Europa*. Geschichte der europäischen Inegration 1939-1957. 3ª edição. Vandenhoeck & Ruprecht, 1996. Páginas 48-49.

⁴ LOTH, Wilfried. *Der Weg nach Europa*. Geschichte der europäischen Inegration 1939-1957. 3ª edição. Vandenhoeck & Ruprecht, 1996. Páginas 49-50.

e, no mesmo dia, Truman convocou uma reunião coletiva com vistas a ocupar as manchetes dos jornais. Apesar disto, o discurso foi integralmente transmitido na Grã-Bretanha pelo rádio.

O discurso estendeu o convite à União Soviética, visto que sua exclusão seria um sinal de desconfiança. Os oficiais do Departamento de Estado sabiam, contudo, que Stalin provavelmente não participaria do programa e que qualquer plano que enviasse quantidades grandes de auxílios à União Soviética não seria aprovado pelo Congresso.

Assim, os Ministros das Relações Exteriores britânico e francês agiram no sentido de evitar a participação da União Soviética no Plano Marshall. Sob a impressão deste comportamento, Stalin preferiu aceitar as inconveniências de uma recusa a aceitar os riscos que a participação da União Soviética traria para o controle da Europa oriental.⁵

As negociações para a realização do Plano Marshall foram longas. Dezesesseis países encontraram-se em Paris para determinar a forma que os auxílios tomariam e o modo de sua divisão. Os países do Benelux, que sofreram sob o poder dos nazistas, estavam ligados à economia da Alemanha havia muito tempo e sentiam que sua prosperidade dependia do fortalecimento do parceiro comercial. A Escandinávia, especialmente a Suécia, queria a manutenção do comércio que tinha com os países da Europa oriental e buscava, assim, manter-se neutra quanto à divisão do Velho Mundo. A França, de outro lado, preocupava-se com a reestruturação do potencial bélico da Alemanha. O Reino Unido insistia, enfim, em diferenciar-se dos outros países, visto que entendia que, se isto não acontecesse, praticamente não receberia auxílios.

Os Estados Unidos queriam introduzir a importância do comércio livre e da unidade da Europa ocidental para a formação de uma muralha contra o comunismo. Apesar disto, o Congresso não se mostrava favorável a grandes gastos, e criou-se uma oposição forte ao Plano Marshall. Esta oposição foi, contudo, reduzida pelo choque que o golpe praticado contra o governo da Tchecoslováquia no início de 1948 provocou. Pouco tempo depois, um projeto que garantia cinco bilhões de dólares iniciais foi aprovado pelo Congresso, e o Plano distribuiria, até o final do programa, mais de doze bilhões de dólares em auxílios.

⁵ LOTH, Wilfried. *Der Weg nach Europa*. Geschichte der europäischen Inegration 1939-1957. 3ª edição. Vandenhoeck & Ruprecht, 1996. Páginas 51-52.

Os auxílios do Plano Marshall eram divididos entre os participantes na conformidade ao número de habitantes de cada país, mas preferiam-se aqueles que tivessem um potencial industrial maior, visto que o ressurgimento deste setor era essencial à recuperação da Europa ocidental em termos gerais. De qualquer modo, distribuía-se mais auxílios aos países que participaram das Forças Aliadas durante e menos aos que apoiaram a Alemanha ou que se mantiveram neutros.

Os objetivos do Plano Marshall eram amparar o câmbio, facilitar o comércio com o estrangeiro, principalmente com os Estados Unidos, cujos interesses econômicos exigiam que a Europa ocidental enriquecesse o suficiente para importar os bens produzidos pelos estadunidenses, e promover a produção.

O encerramento do Plano Marshall era previsto para o fim de 1953. Quaisquer esforços realizados no sentido de estendê-lo foram, contudo, contidos pelo aumento dos custos da manutenção da Guerra da Coreia. Além disto, o Partido Republicano conseguiu mais assentos no Congresso a partir de 1950, e o grupo que se opunha ao Plano conseguiu impor-se. Assim, o Plano encerrou-se em 1951, embora outras formas de auxílio ainda tenham sido oferecidas pelos Estados Unidos à Europa ocidental nos anos que se seguiram.

Os auxílios do Plano Marshall ajudaram a reduzir a austeridade e o racionamento com os quais os países da Europa ocidental tinham que lidar, reduzindo descontentamentos e trazendo estabilidade. A influência da União Soviética sobre a Europa ocidental foi reduzida, e, em termos gerais, os Partidos Comunistas tornaram-se menos populares nos anos que se seguiram à introdução do Plano. As relações comerciais criadas e desenvolvidas ajudaram na formação da Aliança do Atlântico-Norte durante a Guerra Fria. De outro lado, a exclusão dos países da Europa oriental do Plano foi um dos primeiros sinais de que o Velho Mundo estava mesmo dividido.

A Organização para a Cooperação Econômica Europeia⁶

A Organização para a Cooperação Econômica Europeia (ou, em inglês, *Organization for European Economic Cooperation*) surgiu em 16 de abril de 1948, desenvolvendo-se no

⁶ ORGANIZATION FOR EUROPEAN ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. *Organization for European Economic Cooperation*. Disponível em <http://www.oecd.org/document/48/0,3746,en_2649_201185_1876912_1_1_1_1,00.html>. Acesso em 28 de dezembro de 2011.

âmbito do Plano Marshall e da Conferência dos Dezesesseis (Conferência para a Cooperação Econômica Europeia), que buscou estabelecer uma organização permanente para continuar o trabalho em um programa de recuperação dos países europeus em uma base comum e para supervisionar a distribuição dos auxílios oferecidos pelo Plano. O centro de operações da Organização era o Château de la Muette, em Paris, na França.

A Organização funcionava pelos seguintes princípios:

- promover a cooperação entre os países participantes do vínculo e entre seus programas produtivos para a reconstrução da Europa;
- desenvolver o comércio intraeuropeu através da redução de tarifas e de outras barreiras impostas à expansão do comércio;
- estudar a exequibilidade da criação de uma zona para o comércio livre; e
- alcançar condições para um melhor aproveitamento da mão de obra.

O primeiro objetivo da Organização, em 1948 e em 1949, foi preparar o Programa para a Recuperação Europeia, que justificaria o esforço dos Estados Unidos.

A Organização também esteve envolvida na distribuição de dólares do Plano Marshall, que foi atingido por uma crise em 1949. Os Estados Unidos estavam mudando sua posição no que se relacionava ao oferecimento de auxílios, cuja distribuição não consideravam suficientemente voltada à integração do continente. Entre os meses de outubro e de novembro de 1949, o chefe da Administração para a Cooperação Econômica, Paul Hoffman, reclamou da Organização a realização de mais propostas para a liberação de 50% da importação privada de alimentos, de produtos manufaturados e de materiais brutos. Estas medidas tinham o escopo limitado, uma vez que a liberação se deu apenas para uma lista de produtos semelhantes, e a maior parte do comércio continuou sob o domínio do Estado. Apesar disto, até o fim da década de 1950, 60% do comércio privado intra-europeu havia sido liberado devido à ação da Organização, uma porcentagem que aumentou para 84% em 1955 e para 89% em 1959.

As atividades da Organização diminuíram depois de 1952 devido ao fim inesperado do Plano Marshall e do deslocamento das atenções para a Organização do Atlântico Norte. A política de segurança mútua que agrupava auxílios econômicos e militares quase pôs fim à atuação

da Organização, que foi parcialmente substituída pela Agência de Segurança Mútua em 1º de janeiro de 1952.

Em setembro de 1961, a Organização transformou-se na Organização para a Cooperação Econômica e para o Desenvolvimento (ou, em inglês, *Organization for European Economic Cooperation and Development*), um organismo mundial. Em 1961, a Organização era composta pelos países europeus que a fundaram além do Canadá e dos Estados Unidos, uma lista que aumentou ao longo dos anos, reunido trinta e quatro participantes na atualidade.

O Movimento Europeu⁷

As origens do Movimento Europeu se deram em 1947, quando a causa por uma Europa unida ainda estava sendo divulgada por notáveis como Duncan Sandys na forma do Movimento Europeu Unido (MEU). O MEU atuava como uma plataforma para a coordenação das organizações criadas no início da Segunda Guerra Mundial. Seus esforços resultaram no congresso do Comitê para a Coordenação dos Movimentos Europeus, que aconteceu em 17 de julho de 1947 e que incorporou a “Ligue Européenne de Cooperation Économique”, a “Union Parlementaire Européenne” e o MEU. Eles encontraram-se novamente em 10 de novembro de 1947, quando mudaram seu nome para Comitê Internacional Articulado para a Unidade Europeia, que foi mantido até depois do Congresso da Haia.

De 7 a 11 de maio de 1948, oitocentos delegados europeus e observadores canadenses e estadunidenses reuniram-se na Haia, nos Países Baixos, para o Congresso da Europa. Organizado pelo Comitê Internacional dos Movimentos para a Unidade Europeia e presidido por Winston Churchill, o Congresso aproximou representantes de um amplo espectro político, promovendo-lhes a oportunidade para discutir ideias acerca do desenvolvimento da União Europeia. Importantes figuras políticas, como Albert Coppé, Altiero Spinelli, François Mitterrand, Harold Macmillan, Konrad Adenauer, Paul-Henri Spaak e Winston Churchill, assumiram um papel ativo no Congresso, e uma chamada foi divulgada para a União da Europa, que se daria nos âmbitos monetário, econômico e político. Esta conferência teria uma influência significativa na formação do Movimento Europeu, que seria criado pouco tempo depois.

⁷ WIKIPEDIA. *European Movement International*. Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/European_Movement_International>. Acesso em 26 de março de 2012.

O Movimento Europeu foi formalmente criado em 25 de outubro de 1948, quando o Comitê Internacional Articulado para a Unidade Europeia decidiu mudar seu nome. Duncan Sandys foi eleito para o cargo do presidente, e Alcide de Gasperi, Paul-Henri Spaak e Winston Churchill foram eleitos presidentes honoráveis.

O primeiro grande sucesso do Movimento Europeu foi a criação do Conselho da Europa em 1949. O Movimento Europeu também foi responsável pela criação do Colégio da Europa em Bruges e do Centro Europeu para a Cultura em Genebra.

Uma de suas maiores funções entre 1950 e 1990 foi a criação de institutos para o desenvolvimento de políticas (ou, em inglês, *think tanks*) e de redes de grupos de discussão em toda a Europa, tanto em países democráticos quanto comunistas.

Desde o ano de 1948, o Movimento Europeu realizou pressões no sentido da integração em áreas diversas, tendo trabalhado pela eleição direta dos membros do Parlamento Europeu, pelo Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht) e também para a elaboração de uma Constituição Europeia.

A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

O acordo acerca da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, ou, em outras palavras, o Tratado de Paris, foi subscrito pela Alemanha, pelo Benelux, pela França e pela Itália em Paris, na França, em 18 de abril de 1951 e começou a produzir efeitos em 23 de julho de 1952.

A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, ou em outras palavras, a União Mineira, foi uma associação de fins econômicos que permitia a todos os países que participavam do vínculo o acesso ao carvão e ao aço da região dos rios Mosel, Ruhr e Saar sem o ônus de tributos. Uma das novidades que foram introduzidas pela Comunidade foi a fundação de uma Agência de Administração, que podia aprovar regulamentos, transformando-a, assim, na primeira organização com características supranacionais da Europa.

O acordo acerca da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço originou-se a partir do Plano Schuman, uma iniciativa do Ministro das Relações Exteriores francês da época, Robert Schuman, que se constituiu de uma proposta feita por ele ao chanceler alemão Konrad Adenauer. Através deste acordo, a região do rio Ruhr, que estivera sob o domínio da

Autoridade Internacional do Ruhr após o fim da Segunda Guerra Mundial, receberia uma chance para recuperar-se e para desenvolver-se.

Uma crise na indústria do aço parecia formar-se devido aos potenciais de produção, que variavam de um país para outro na Europa. A demanda pela matéria-prima e seu preço diminuíram, e era provável que os industriais formassem um cartel para limitar a competição. À vista das tragédias provocadas pela Segunda Guerra Mundial, os países europeus não podiam deixar que suas indústrias básicas se tornassem o objeto de especulação e de práticas inibitórias pré-ordenadas.

Dentre os seis países-membros da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, a Alemanha possuía a maior quantidade de carvão. Deste modo, a França solicitou a construção de um canal fluvial para acessar o rio Mosel, e, assim, para facilitar seu contato com os depósitos de carvão da região do rio Ruhr, aproveitando o ensejo para fortalecer sua influência sobre a região do rio Saar.

Apesar de a França, que sofrera três invasões através de sua fronteira oriental em menos de um século, se opor a quaisquer tentativas no sentido de diminuir o controle das Forças Aliadas sobre a região do rio Ruhr, visto que entendia que a reconstrução da Alemanha como uma potência independente e com um controle pleno sobre sua indústria básica seria um perigo para a paz e para a segurança em toda a Europa, Schuman temia que um comportamento permanentemente discriminatório contra a Alemanha reavivaria o mesmo sentimento de humilhação que provocou a ascensão do nazismo.⁸

Assim, Schuman elaborou sua Declaração após uma análise minuciosa das realidades econômica e política da Europa, recebendo colaborações de Jean Monnet, que também participava do corpo de trabalho do governo da França. A proposta oferecia uma resposta válida à crise que se observava nos setores do aço e do carvão e contribuiria para a reconstrução da Europa ocidental.

A Grã-Bretanha, para manter intacta sua soberania, recusou a proposta e somente aceitou uma fórmula imprecisa de coordenação. Com isto, ela pretendia preservar seus compromissos com os países da Comunidade Britânica de Nações e também manter-se

⁸ POZO, Juan Carlos Molina del. *Manual de derecho de la comunidad europea*. 3ª edição. Madrid: Trivium, 1997. Página 41.

distante dos eventos da Europa ocidental devido a sua relação especial com os Estados Unidos.⁹

Os Tratados de Roma

Os mesmos países que subscreveram o acordo acerca da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço reuniram-se em Roma em 25 de março de 1957 para subscrever outros dois acordos – os Tratados de Roma –, que estabeleceram a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia para a Energia Atômica (CEEA) e que começaram a produzir efeitos em 1º de janeiro de 1958.

Na CEE e na CEEA, havia a reunião de elementos intergovernamentais e supranacionais, que se revelavam não somente a partir da estrutura das instituições, mas também a partir de seu financiamento. Enquanto a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço buscava seus recursos em participações obtidas através da operação dos recursos que administrava, a CEE e a CEEA previam apenas a contribuição dos países-membros e recusavam a existência de um patrimônio próprio.¹⁰

O acordo acerca da CEE previa:

- ampliação constante da economia, concorrência honesta e tráfego balanceado de bens;
- dissolução das fronteiras intraeuropeias (supressão dos encargos alfandegários);
- equiparação das determinações legais dos países-membros;
- estabilidade e vínculo mais estreito entre países;
- estabilidade financeira externa e interna;
- garantia dos progressos sociais e econômicos;
- melhoria das condições de trabalho e de vida;
- política comum para a agricultura, para o comércio e para o tráfego de veículos;
- promessa de liberdade e de paz; e

⁹ POZO, Juan Carlos Molina del. *Manual de derecho de la comunidad europea*. 3ª edição. Madrid: Trivium, 1997. Página 42.

¹⁰ MITTAG, Jürgen. *Kleine Geschichte der Europäischen Union*. Von der Europaidee bis zur Gegenwart. Münster: Aschendorff Verlag GmbH & Co. KG, 2008. Página 117.

–tráfego de bens, de capitais, de pessoas e de serviços livre.

O acordo da CEE também determinava a realização do Mercado Comum em etapas e estimava um período de transição para os doze anos que se seguiriam a sua subscrição. A união aduaneira alcançou seu desenvolvimento completo já em 1968, mas a realização do Mercado Comum aconteceria, contudo, apenas alguns anos mais tarde.¹¹

A política agrária, impulsionada pela França, também constituiu um dos elementos mais importantes da CEE, e coube a ela, quando da elaboração dos Tratados de Roma, fazer deste tema um dos tópicos de negociação apesar do repúdio revelado pela parte de alguns países europeus. Haja vista a influência deste setor na economia do país, a França propunha uma estruturação da política agrária no sentido de privilegiar o intervencionismo e o protecionismo. Assim, o artigo de n. 38 do acordo acerca da CEE previa, de um modo geral, a introdução de uma economia agrária ao Mercado Comum, mas os instrumentos e os mecanismos para tal objetivo foram formulados apenas de um modo vago.¹²

O acordo acerca da CEEA previa:

- desenvolvimento e pesquisa comuns;
- intercâmbio de conhecimentos técnicos;
- Mercado Comum para os materiais;
- procedimento comum para a concretização dos progressos científicos;
- utilização da energia atômica de um modo mais efetivo e mais seguro; e
- utilização pacífica dos recursos.

Tratado de Fusão

Este acordo foi firmado pela Alemanha, pelo Benelux, pela França e pela Itália em Bruxelas, na Bélgica, em 8 de abril de 1965 e começou a produzir efeitos em 1º de julho de 1967.

¹¹ SCHMIDT, Siegmur; SCHÜNEMANN, Wolf J.. *Europäische Union*. Eine Einführung. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 2009. Página 334.

¹² MITTAG, Jürgen. *Kleine Geschichte der Europäischen Union*. Von der Europaidee bis zur Gegenwart. Münster: Aschendorff Verlag GmbH & Co. KG, 2008. Páginas 112-113.

Através deste acordo, a Comissão e o Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia (CEE), órgãos responsáveis pela execução e pela produção de legislação, substituíram a Comissão e o Conselho de Ministros da Comunidade Europeia para a Energia Atômica (CEEA) e a Alta Autoridade e o Conselho de Ministros da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

Desde os Tratados de Roma, a CECA, a CEE e a CEEA partilhavam a Assembleia Parlamentar (que é, na atualidade, o Parlamento Europeu), o Tribunal de Justiça e o Comitê Económico e Social.

O Ato Único Europeu

O Ato Único Europeu foi subscrito pela Alemanha, pelo Benelux, pela Espanha, pela Irlanda, por Portugal e pelo Reino Unido em 17 de fevereiro de 1986 e pela Dinamarca, pela Grécia e pela Itália em 28 de fevereiro do mesmo ano e começou a produzir efeitos em 1º de julho de 1987.

O objetivo mais importante do Ato Único Europeu foi a impressão de mais força no sentido da construção da União Europeia com vistas à conclusão do Mercado Único. O alcance deste objetivo não era algo fácil, visto que, no Conselho Europeu, que ainda não fora transformado em uma órgão das Comunidades Europeias e que era composto pelos líderes de cada país-membro, as decisões tinham de ser tomadas à unanimidade de votos. Isto impôs duas tarefas aos participantes da Conferência Intergovernamental que aconteceu em Milão em 1985 – de um lado, precisava-se de um acordo que envolvesse medidas de segurança e relações exteriores e, de outro, de um instrumento que ampliasse o acordo acerca da Comunidade Económica Europeia no sentido da alteração do procedimento para a tomada de decisões no Conselho Europeu e da ampliação dos poderes do Parlamento Europeu e dos órgãos das Comunidades.¹³

Assim, o Ato Único Europeu revisou os Tratados de Roma no sentido de desenvolver-se o Mercado Único. Além disto, alteraram-se algumas regras relacionadas às instituições das Comunidades Europeias, e ampliaram-se poderes nos setores do desenvolvimento, do meio-

¹³ EUROPA. *The Single European Act*. Disponível em <http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_singleact_en.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2011.

ambiente, da pesquisa e da política relacionada às relações exteriores. Através destas reformas, possibilitou-se o fortalecimento da integração não apenas em termos políticos, mas também da União Econômica e Monetária, elementos que seriam reafirmados pelo Tratado de Maastricht. Através dos esforços no sentido da aprovação do Ato Único Europeu, o Mercado Único foi completado em 1º de janeiro de 1993.¹⁴

O Tratado de Maastricht¹⁵

O Tratado da União Europeia, também conhecido como Tratado de Maastricht por ter sido subscrito nesta cidade dos Países Baixos, constitui uma virada na história da integração dos países europeus. Através da modificação dos tratados anteriores – de Paris, de Roma e do Ato Único Europeu –, o primeiro objetivo da Comunidade Econômica, isto é, a construção do Mercado Comum, foi superado, e, pela primeira vez, a vocação da união política foi mencionada.

O Tratado de Maastricht mudou o nome da Comunidade Econômica, que seria chamada, a partir de então, de União Europeia. O art. 2º do Tratado afirma que “este Tratado marca um novo estágio no processo da criação de uma união cada vez mais próxima entre os povos da Europa”.

O Tratado foi subscrito em 7 de fevereiro de 1992 e começou a produzir efeitos em 2 de novembro de 1993 após uma ratificação difícil pelos Paramentos nacionais.

O Tratado teve uma estrutura de três “pilares”, a saber:

–o primeiro “ pilar” e o mais importante deles alude à dimensão da Comunidade e compreende os arranjos da Comunidade Europeia, da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e da Comunidade Europeia para a Energia Atômica, isto é, a cidadania da União, as políticas comunitárias, a União Econômica e Monetária etc.; e

–o segundo e o terceiro “pilares” não são formados por uma competência supranacional como o primeiro, mas pela cooperação dos países-membros, e compreende a Política

¹⁴ EUROPA. *The Single European Act*. Disponível em <http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_singleact_en.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2011.

¹⁵ HISTORIASIGLO20.ORG. *The treaty of Maastricht (1992)*. Disponível em <<http://www.historiasiglo20.org/europe/maastricht.htm>>. Acesso em 18 de maio de 2012.

Comum Externa e de Segurança e a Cooperação Judicial em Termos de Polícia e de Matéria Criminal.

A diferença principal entre os “pilares” situa-se no procedimento para a tomada de decisões. Enquanto no primeiro “pilar” as decisões são tomadas cada vez mais pelo voto da maioria, e o papel dos órgãos é fundamental, no segundo e no terceiro as decisões precisam do consentimento de todos, e a Comissão, o Parlamento e o Tribunal de Justiça não atuam.

Relativamente ao primeiro “pilar”, o Tratado introduziu mudanças importantes:

–a instituição de uma Cidadania da União Europeia;

–a União Econômica e Monetária;¹⁶

–a busca de uma coesão econômica e social entre os diversos países e regiões da Comunidade;¹⁷

–um avanço da competência da União em setores como a política econômica e monetária, como a política industrial, como a rede transeuropeia, como redes de educação etc., apesar de a política comum da agricultura ainda absorver mais da metade do orçamento da União;

–no setor da educação, a limitação do papel da União à promoção de cooperação intergovernamental, através da qual se criaram os programas Erasmus, Leonardo da Vinci e Sócrates para facilitar o contato e o trabalho conjunto de estudantes e de professores europeus; e

¹⁶ Decidiu-se a introdução de uma moeda europeia, isto é, o euro, que aconteceria como segue:

–de 1990 a 31 de dezembro de 1993. O objetivo seria a circulação de capitais livre.

–de 1º de janeiro de 1994 a 31 de dezembro de 1998. Os países-membros deveriam coordenar sua política econômica para alcançar objetivos determinados, quantitativamente fixados como critérios de convergência: redução da inflação e das taxas de juros, controle do déficit e das dívidas do governo e respeito às margens da flutuação normal através do mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu. Os países-membros que atingissem estes objetivos avançariam à terceira etapa. Durante esta etapa, o Conselho Europeu de Madri de dezembro de 1995 deu o nome à moeda única, que se chamaria de euro.

–de 1º de janeiro de 1999 a 1º de janeiro de 2002. O estabelecimento do Banco Central Europeu, a fixação de taxas de câmbio e a introdução da moeda única. Os países que alcançaram a terceira etapa em 1999 foram a Alemanha, a Áustria, a Bélgica, a Espanha, a Finlândia, a França, a Itália, a Irlanda, Luxemburgo, os Países Baixos e Portugal. A Dinamarca, a Grécia, o Reino Unido e a Suécia mantiveram-se fora da Zona do Euro por motivos diferentes.

¹⁷ Para alcançar este objetivo, acordou-se que um Fundo de Coesão, criado em 1994, ofereceria um auxílio financeiro a países e a regiões menos favorecidos, cujo objetivo seriam os setores da infraestrutura de transportes e do meio-ambiente. Os países membros que receberiam este auxílio seriam os cujo produto interno bruto não alcançasse 90% da média da União e que aceitassem os critérios de convergência. Estes países membros foram a Espanha, que recebeu a maior parte do auxílio, a Grécia, a Irlanda e Portugal.

–no setor dos órgãos da União, ampliou-se a competência do Parlamento, o Conselho de Ministros passou a ser chamado de Conselho da União Europeia, a Comissão passou a ser chamada de Comissão das Comunidades Europeias, reafirmou-se a competência do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e do Comitê Econômico e Social, estabeleceu-se um Comitê das Regiões, e previu-se a criação do Banco Central Europeu quando do começo da terceira etapa da União Econômica e Monetária.

Relativamente ao segundo “pilar”, isto é, a Política Comum Externa e de Segurança, permite-se à Comunidade agir em termos de política externa. O Conselho Europeu, no qual as decisões devem ser tomadas à unanimidade, acorda os princípios e as orientações gerais deste setor. O Tratado considerou a União da Europa Ocidental uma parte do desenvolvimento da União e impôs-lhe a tarefa de elaborar e de executar decisões em termos de defesa.

A tragédia na antiga Iugoslávia mostrou, contudo, que a construção de uma Política Comum Externa e de Segurança ainda era um objetivo distante. Os Estados Unidos e a Organização do Tratado do Atlântico Norte revelaram-se atores principais em termos de defesa, e os países europeus ainda tem uma vontade política e uma capacidade fracas para executar uma política própria.

Relativamente ao terceiro “pilar”, isto é, a Cooperação em Termos de Polícia e de Matéria Criminal, permite-se à Comunidade agir em setores como crimes internacionais, imigração ilegal, políticas de asilo, terrorismo, tráfico de drogas etc.. A fundação da Europol foi uma das mudanças mais marcantes neste setor. Além disto, é importante mencionar a subscrição do Acordo de Schengen em 1990, cujo objetivo era a criação de uma União sem fronteiras.

A alteração mais importante feita pelo Tratado nos órgão da União foi o aumento do envolvimento do Parlamento no processo da produção da legislação através da introdução da codecisão. Também se concedeu ao Parlamento o poder de exigir da Comissão o início do processo de produção da legislação, que deveria apresentar uma proposta, e de rejeitar os membros da Comissão.¹⁸

A ratificação do Tratado pelos Parlametos nacionais foi difícil. O ano de 1992 marcou-se por três crises que romperam o impulso pró-europeu criado pela subscrição do Tratado:

¹⁸ CRAIG, Paul; BURCA, Gráinne. *EU law*. 3ª edição. Londres: Oxford University Press, 2003. Página 25.

–em primeiro lugar, a Europa passou por uma crise econômica profunda e séria que atraiu a atenção tanto do governo quanto da população dos países-membros, temporariamente afastando o objetivo da integração dos países europeus;

–em segundo lugar, houve tensões sérias que desafiaram o Sistema Monetário Europeu e o objetivo da União Econômica e Monetária; e

–em terceiro lugar, a União parecia incapaz de executar a Política Comum Externa e de Segurança durante a tragédia na Iugoslávia, mantendo-se sempre impotente quando a guerra voltou ao continente depois de muitos anos.

Nestas condições, o primeiro processo de ratificação aconteceu na Dinamarca, que rejeitou o Tratado com pouco mais da metade dos votos válidos através de um referendo junto à população. Apesar disso, a ratificação aconteceu aos poucos nos outros países-membros. Na França, o Tratado foi ratificado com pouco mais da metade dos votos válidos.

Uma negociação com a Dinamarca iniciou-se, após a qual se acordou que o país-membro poderia optar por não participar da terceira etapa da União Econômica e Monetária e da política em termos de defesa através de uma cláusula chamada de *opt-out*. O Reino Unido também obteve esta vantagem. Em 20 de maio de 1993, a população da Dinamarca ratificou o Tratado com pouco mais da metade dos votos válidos através de um segundo referendo.

O Tratado começou a produzir efeitos em 2 de novembro de 1993 após a ratificação em todos os países-membros e previa sua revisão no caso da ampliação da União. Os Tratados de Amsterdam e de Nice, que revisaram o Tratado, quase não alteraram a estrutura da União, apesar das emendas aos e da reestruturação dos segundo e terceiro “pilares” e da adição de um título ao final do texto, permitindo uma cooperação maior entre os países-membros.

Tudo considerado, não apenas setores antigos e políticas que tinham sido administradas pelos países-membros até então se transferiram à competência da União através do Tratado, mas também se criaram instituições e direitos de participação novos. Isto provocou a alteração de algumas Constituições nacionais. Em uma comparação ao Ato Único Europeu, embora o Tratado tenha criado uma preocupação sobre a perda da soberania dos países

membros, provocou um interesse maior na população no sentido da integração dos países europeus.¹⁹

Conclusão

Apesar das dificuldades que surgiram com o avanço da integração europeia, percebe-se que os países-membros alcançaram um nível de coordenação inigualável em qualquer parte do mundo. A União Europeia conta com programas de auxílio a regiões economicamente menos favorecidas, em setores tanto econômicos quanto sociais, buscando superar as dificuldades que surgiram durante os anos nos quais o continente esteve dividido pela Cortina de Ferro, com um comércio dinâmico e de dimensões invejáveis, com a ausência de controle aduaneiro entre os países, permitindo a circulação de pessoas livre, com uma uniformização do direito, contribuindo para a segurança das relações entre as pessoas etc..

Neste sentido, os europeus tiveram sucesso no que começaram há mais de sessenta anos, e a construção da União Europeia está longe do fim. As dificuldades pelas quais países como a Grécia e a Irlanda passam na atualidade não são mais do que o produto de sua integração à estrutura da União, um processo que ora produz avanços, ora retrocessos.

As lições que a história da União Europeia oferece devem ser transmitidas ao resto do mundo no sentido de impulsionar as relações entre os países. A criação de blocos econômicos e a uniformização das relações jurídicas não apenas traz benefícios ao comércio e à economia de um modo geral, mas também contribui para o intercâmbio de informações entre os povos, desconstruindo barreiras e preconceitos.

Referências Bibliográficas

Fontes em Meio Eletrônico

EUROPA. *The Single European Act*. Disponível em <http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_singleact_en.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2011.

¹⁹ MITTAG, Jürgen. *Kleine Geschichte der Europäischen Union*. Von der Europaidee bis zur Gegenwart. Münster: Aschendorff Verlag GmbH & Co. KG, 2008. Página 242.

HISTORIASIGLO20.ORG. *The treaty of Maastricht (1992)*. Disponível em <<http://www.historiasiglo20.org/europe/maastricht.htm>>. Acesso em 18 de maio de 2012.

ORGANIZATION FOR EUROPEAN ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. *Organization for European Economic Cooperation*. Disponível em <http://www.oecd.org/document/48/0,3746,en_2649_201185_1876912_1_1_1_1,00.html>. Acesso em 28 de dezembro de 2011.

WIKIPEDIA. *European Movement International*. Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/European_Movement_International>. Acesso em 26 de março de 2012.

Fontes em Meio Impresso

CRAIG, Paul; BURCA, Gráinne. *EU law*. 3ª edição. Londres: Oxford University Press, 2003.

DINAN, Desmond. *Ever closer union*. An introduction to European integration. 4ª edição. Lyenne Rienner Publishers, Inc., 2010.

LOTH, Wilfried. *Der Weg nach Europa*. Geschichte der europäischen Inegration 1939-1957. 3ª edição. Vandenhoeck & Ruprecht, 1996.

MITTAG, Jürgen. *Kleine Geschichte der Europäischen Union*. Von der Europaidee bis zur Gegenwart. Münster: Aschendorff Verlag GmbH & Co. KG, 2008.

POZO, Juan Carlos Molina del. *Manual de derecho de la comunidad europea*. 3ª edição. Madrid: Trivium, 1997.

SCHMIDT, Siegmar; SCHÜNEMANN, Wolf J.. *Europäische Union*. Eine Einführung. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 2009.